

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE

OS PLURAIS DOS SUBSTANTIVOS: UMA REFLEXÃO À LUZ DA  
HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

PUC-SP  
2016

MÔNICA LUZ ZEFERINO CAMPOS

OS PLURAIS DOS SUBSTANTIVOS: UMA REFLEXÃO À LUZ DA  
HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Monografia apresentada ao *Curso de Especialização em Língua Portuguesa*, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Neusa Barbosa Bastos.

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

Ao amor da minha vida, pelo companheirismo e inspiração.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que em sua singularidade foi grandioso o bastante para dividir inspirações, talentos e sabedoria.

Aos meus pais, Valdecir e Maria Luísa, que pela grandeza de suas ações me ensinaram o caminho do conhecimento e da valorização da vida.

Aos professores do Curso de Especialização em Língua Portuguesa (verdadeiros inspiradores), por tanto compartilhar conosco o conhecimento, a dedicação e o café da manhã de cada sábado, nos dando força e nos fazendo apaixonar pela nossa língua.

À orientadora Neusa Barbosa Bastos, que além de dividir comigo seu conhecimento, seu tempo e sua alegria, teve tamanha paciência como minhas limitações e mostrou-me que a humildade faz de nós pessoas ainda mais incríveis. Um verdadeiro exemplo de pesquisadora, de educadora e de ser humano que levarei sempre comigo.

Aos colegas, que tornaram cada momento especial. Muito obrigada pelas risadas e pela parceria de sempre.

Ao meu marido Dimas, que incentivou cada leitura, cada estudo e que comigo chorou e sorriu em cada desafio. Cada carona, cada livro, cada ausência compreendida nesses dois anos de estudo dá a você o mérito dessa especialização e minha eterna gratidão.

A todos que contribuíram e somaram direta ou indiretamente em minha formação, por tornarem minha caminhada cada vez mais repleta de plurais.

*“ É ela (a língua) o vínculo moral mais poderoso da sociedade, o mais forte instrumento da vida e progresso humano. Incorporada na língua pátria, a sua cultura se impõe como elemento mais enérgico de coesão nacional, a expressão mais viva e genuína da raça, da unidade do povo, do seu grau de civilização e da nobreza de seus ideais. ”*

*(Eduardo Carlos Pereira)*

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO I: A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA EM FOCO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO II: SÉCULO XX: AUTORES E SUAS OBRAS .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. Eduardo Carlos Pereira e a Grammatica Expositiva .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2. Os plurais do início do século XX.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3. Celso Cunha e a Nova Gramática do Português     Contemporâneo.....</b>	<b>19</b>
<b>2.4. Os plurais do final do século XX.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO III: AS OBRAS EM ANÁLISE .....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>33</b>



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como tema os plurais dos substantivos analisados em gramáticas do início e final do século XX e está no âmbito da linha de pesquisa do Departamento de Português da PUC/SP: História e Descrição da Língua Portuguesa.

Por meio de uma comparação entre a forma de ensino apresentada em gramáticas de diferentes momentos do século XX (1ª metade com a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira, publicada em 1913 – 4ª edição e a 2ª metade com a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha & Lindley Cintra, que teve sua primeira edição em 1985), analisaremos a forma como esses elementos foram apresentados, buscando as modificações, perdas e acréscimos que as formas de abordagens tiveram no decorrer do tempo, numa reflexão sobre a metodologia de ensino para o auxílio no processo de ensino-aprendizagem do aluno da educação básica.

Esta pesquisa justifica-se em virtude da experiência profissional como professora de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II, em escola pública, ao observar a dificuldade que os alunos têm na compreensão e realização de atividades com plurais irregulares de substantivos. Os plurais da língua portuguesa quando conhecidos no ambiente escolar podem apresentar diversas lacunas que dificilmente os alunos conseguirão preencher apenas em pesquisa ao livro didático, já que esses assuntos são trabalhados de forma superficial e memorizada, diferentemente da abordagem à luz da Historiografia Linguística, que comprova e justifica cada forma de escrita, tornando a aprendizagem dos plurais muito mais significativa. A escolha deste tema deu-se pela relevância da reflexão acerca do ensino dos plurais e suas mudanças ao decorrer do século XX, pois analisando o passado da gramática e comparando com os trabalhos atuais, buscamos traçar perspectivas para o futuro do ensino-aprendizagem dos plurais.

Para compreendermos melhor a Historiografia Linguística, nos embasamos nos princípios de KOERNER (1996) que nos adverte sobre a maneira de entender a Historiografia Linguística como “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios científicos”. O autor esclarece que a história não deve ser verificada apenas como um registro, mas por meio da história dos acontecimentos cotidianos do homem. Dessa maneira, o estudo apresenta uma metodologia de

análise fundamentada nos preceitos de contextualização, da imanência e da adequação teórica.

A pesquisa terá como objetivo geral contribuir para ensino-aprendizagem dos plurais irregulares da língua portuguesa sob à luz da historiografia linguística. Como objetivos específicos, a pesquisa visa a: 1) levantar os tipos de flexões nominais de número consideradas no início e final do século XX; 2) identificar o contexto de produção das épocas determinadas; 3) comparar e analisar as formas apresentadas na *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira de 1913 com as demonstradas na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha & Lindley Cintra, de inicial publicação em 1985, e aqui representada por sua 4ª edição de 2007, estabelecendo alterações e permanências dessas publicações.

O *corpus*, como já dissemos, se restringe à apresentação dos plurais irregulares no início do século XX na *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira, juntamente com o mesmo assunto na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra, do final do mesmo século, coletados por meio de uma pesquisa exploratória com caráter da Historiografia Linguística.

O primeiro capítulo apresentará a Fundamentação Teórica desta pesquisa, na qual os procedimentos de pesquisa sugeridos por Koerner (1996) e Swiggers (1990) serão estruturados. O segundo capítulo trará o contexto histórico do século XX, seus principais acontecimentos acerca dos temas envolvidos, divididos de acordo com a época de produção de cada uma das obras. Além disso, apresenta-se nesse capítulo o recorte das obras de Eduardo Carlos Pereira e de Celso Cunha & Lindley Cintra, com suas respectivas abordagens do tema. No terceiro capítulo, serão analisadas as metodologias e as abordagens dos plurais de cada obra, destacando assim suas semelhanças e diferenças, bem como os embasamentos de cada autor.

Nas considerações finais, retomamos a trajetória realizada em nosso estudo e apresentamos as significativas mudanças no ensino dos plurais durante o século, o que será seguido das referências.

## CAPÍTULO I: A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA EM FOCO

Para iniciarmos nossa pesquisa sobre ensino dos plurais irregulares em diferentes metades do século XX faz-se necessário conhecer a publicação e o contexto histórico da produção do *corpus* escolhido. Iniciaremos com a *Grammatica Expositiva – Curso Superior* de Eduardo Carlos Pereira – 4ª edição - 1913. Justificamos a escolha por Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) pelo fato de ele ser o primeiro professor de língua portuguesa do mais importante ginásio do Estado de São Paulo e pela produção de importantes obras gramaticais, demonstrando a produção gramatical da primeira metade do século, em comparação com a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha & Lindley, publicada inicialmente em 1985 e aqui apresentada em sua 4ª edição de 2007, como citado anteriormente, por fazer parte do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio – PNBEM/2008 estando assim presente em todas as escolas públicas do país, representando a publicação gramatical do final do século XX, pós NGB - Nomenclatura Gramatical Brasileira. Quanto ao referencial teórico, optamos pela Historiografia Linguística, que segundo BASTOS & PALMA (2004) assim pode ser compreendida:

(...) “Nossa concepção de Historiografia Linguística assim se apresenta: é o modo de escrever a história do saber linguístico, tendo como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto. Vista assim, tal concepção leva-nos não só à análise de um produto acabado dentro de um recorte no tempo, mas também à consideração de seus mecanismos geradores, conduzindo-nos a uma visão panorâmica da realidade. Afinal, uma obra em questão será sempre explicada mais profundamente quando, nela, percebemos as etapas de conhecimento que a engendraram.” (BASTOS & PALMA, 2004, p.10)

Nascimento (2002), na publicação de seu artigo *Bases Teórico-Methodológicas para a Historiografia Linguística*, declara que mesmo que haja consagrados pesquisadores estrangeiros, como Pierre Swiggers, Konrad Koerner, Sylvain Auroux, trabalhando numa concepção para Historiografia Linguística, ainda não existe um aparato teórico próprio ou modelo próprio de procedimento de análise, já que para o autor existe a hipótese de que esta dificuldade esteja relacionada ao caráter pluridisciplinar da Historiografia Linguística.

Para SWIGGERS (1990 apud CASIMIRO, 2005), a Historiografia Linguística pode ser definida como a disciplina que descreve e explica como o conhecimento linguístico se desenvolveu por meio do tempo. Para o autor, uma análise pela perspectiva da Historiografia Linguística envolve em sua essência quatro elementos: (I) um número de temas, motivos/problemas; (II) os actantes que podem resolver esses problemas cooperando ou rivalizando; (III) uma cronologia das ações dos actantes assim como uma metacronologia, envolvendo as relações dos actantes com o passado e a visão que possui dele; (IV) um observador que reconstrói seletivamente esta cronologia e metacronologia. Sendo assim, como tema de nosso trabalho temos o ensino dos plurais irregulares dos substantivos em diferentes séculos, utilizaremos com actantes de nossa pesquisa o autor Eduardo Carlos Pereira e os autores Celso Cunha & Lindley Cintra. Buscaremos reconstruir o clima de opinião das épocas, bem como sua cronologia, para finalmente compará-los e analisarmos as possíveis alterações e/ou permanências.

Para que o historiógrafo possa desenvolver sua pesquisa, Koerner e Swiggers apresentaram alguns procedimentos metodológicos necessários para o “desenvolvimento das formas de implantação, expressão e normatização de uma língua sobre prismas históricos sucessivos e descontínuos”. (BASTOS & PALMA, 2004, p.10). Quanto aos procedimentos metodológicos, consideraremos a questão da metalinguagem recomendada por KOERNER (1996 apud BASTOS & PALMA, 2004, p.11) em seus princípios teóricos: (I) Princípio de Contextualização – conjunto de correntes filosóficas, artísticas, econômicas, filosóficas e científicas que marcaram um determinado período e que interinfluenciaram o pensamento linguístico e a sociedade, estabelecendo o clima de opinião cultural da época em que determinado pensamento se desenvolveu; (II) Princípio de Imanência – refere-se ao esforço realizado para entender o texto linguístico com o estabelecimento de uma visão aprofundada, completa dos aspectos históricos, críticos e filológicos do material em questão sem desviá-lo da fidelidade do que foi dito; (III) Princípio de Adequação - o estabelecimento de aproximações modernas do vocabulário técnico que permita a melhor apreciação dos textos analisados, seus conceitos, teorias e constatações de suas afinidades. Contudo, também serão obedecidos os passos investigativos: Seleção, Ordenação, Reconstrução e Interpretação.

Esses princípios estão voltados ao clima de opinião e a avaliação particular do objeto estudado, porém exigem do historiógrafo um domínio específico de seu campo de investigação, como também de história e outras disciplinas.

Faz-se necessário afirmar que desde o início dos estudos em historiografia já havia a importante distinção entre história e historiografia, e não sendo essa última apenas uma simples coleta de dados, mas uma espécie de teoria. Encontramos em ALTMAN (1998) uma definição de atividade historiográfica:

*“A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência, presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes (história ‘rerum gestarum’) para o quadro de reflexão que constrói o historiográfico. ” (ALTMAN, 1998, p.24)*

Sendo assim, a historiografia linguística, não consiste na mera reunião de fatos passados, mas de acordo com BASTOS & PALMA (2004), se instaura como uma disciplina explicativa, já que busca abordar questões que estejam além da dimensão do conhecimento acerca da linguagem, relacionando-se com o papel dos agentes, contexto de produção e influências do conhecimento linguístico.

No tocante à questão metodológica, outra questão deve ser levada em consideração: a questão das fontes. Nos embasamos em fontes primárias (documentos originais) quando elegeram-se como fonte para nosso trabalho fragmentos de um dos mais relevantes manuais didáticos utilizados no século XX (*Grammatica Expositiva - Curso Superior* – 1913, de Eduardo Carlos Pereira e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* – 1985, de Cunha & Cintra) e, seguidamente partimos para fontes secundárias, nas quais conseguimos encontrar os estudos realizados do tema em questão. Também devem ser trabalhadas as dimensões cognitiva e social, nas quais se considera como dimensão cognitiva o que se inclui em recortes espaço-temporais (interna) e como dimensão social as contribuições com relação aos documentos estudados (externa).

Para garantir que a pesquisa seja realizada com excelência, BASTOS & PALMA (2008), valorizam o rigor no levantamento das fontes e de diversos fatores, afirmando que:

*“Para garantir o rigor de sua pesquisa, o historiográfico do tempo presente deve definir com rigor seu campo de investigação, seu método, as fontes disponíveis e as posições que assume frente à*

*história da qual foi participante. Este último aspecto relaciona-se à questão do distanciamento na análise de documentos que focalizam fatos dos quais, muitas vezes, o pesquisador foi testemunha, e da imparcialidade no seu julgamento". (BASTOS & PALMA, 2008, p.16)*

Enfocamos nosso posicionamento estabelecendo reflexões que se referem as gramáticas citadas, sobre seus autores e a visão que esses gramáticos possuíam no momento da publicação de suas obras, lembrando do período mencionado e da influência que essas gramáticas exerciam no estudo da língua portuguesa. Em suma, nossa fundamentação teórica apresenta-se, como dita anteriormente, embasada em Altman (1998), Koerner (1996) e Swiggers (1990) numa tentativa do fazer científico da Historiografia Linguística, escrevendo a história do saber linguístico, descrevendo-o e explicando-o em determinado contexto, observando seus mecanismos geradores e etapas de construção. Tal contextualização é essencial para o levantamento do clima de opinião, que será analisado no seguinte capítulo.

## CAPÍTULO II: SÉCULO XX - AUTORES E SUAS OBRAS

Viveram num mesmo século, porém em momentos diferentes, os autores de nosso *corpus*. Para melhor compreender as publicações faremos o levantamento do clima de opinião de cada autor e obra, numa tentativa de contextualizar e traçar a relevância dos autores e suas obras para cada momento do século, conforme apresenta-se a seguir.

### 2.1. Eduardo Carlos Pereira e a *Grammatica Expositiva*

O autor CASIMIRO (2005) afirma que “o primeiro princípio fundamental que um historiógrafo da linguística deve considerar é o da contextualização histórico-social em que o “actante” viveu e em cujas situações produziu sua obra”, tais concepções linguísticas desenvolvem o “clima de opinião”. O actante em questão, Eduardo Carlos Pereira nasceu em 08 de novembro de 1855 na cidade de Caldas/MG, filho do farmacêutico Francisco Pereira de Magalhães e da professora Maria Eufrosina de Nazaré. Sua mãe iniciou sua alfabetização, mas em 1870 iniciou seus estudos formais no Colégio Ipiranga em Araraquara, Colégio esse que se transferiu para Campinas e depois para São Paulo, lugar para onde Eduardo Carlos Pereira se mudou. Anos depois já estava lecionando as matérias de Latim e Português e desde cedo mostrava sua vocação para letras, como professor e como autor, já que desde os dezoito anos já escrevia suas primeiras obras poéticas, além da vocação para a religião, tornando-se pastor da Igreja Presbiteriana de São Paulo quando possui apenas 26 anos de idade. Casou-se em 17 de julho de 1880 com a suíça Louise D’Allinges Lauper (Luísa Pereira de Magalhães) com quem teve dois filhos: Carlos Pereira de Magalhães e Leonor Pereira de Magalhães. E.C. Pereira foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em 1902 participou da comissão que traduzia pela primeira vez ao português a Bíblia Sagrada, tradução essa conhecida por “Tradução Brasileira” além de ter publicado diversas obras religiosas e escrever para revistas religiosas e de língua portuguesa. Em 1921 tornou-se viúvo e se afasta do magistério e do ministério religioso para viajar pela Europa e Estados Unidos, retornando em 1923 com uma grave doença.

Merece destaque o período de 1894 a 1923, que varia de seu ingresso no magistério do Ginásio Oficial da cidade de São Paulo até a sua morte. Nesse

período escreveu suas principais obras: *Grammatica Expositiva – curso superior* (1907); *Grammatica Expositiva – curso elementar* (1908) e *Grammatica Histórica* (1916). Faz-se necessário dizer que tamanha foi a relevância dessas produções para o ensino da língua portuguesa no cenário da época que a primeira chegou a atingir a 96ª edição, a segunda a 153ª e terceira a 10ª edição.

O levantamento do contexto brasileiro do final do século XIX até o início do século XX (período com destaque para o fim da monarquia até o fim da Primeira República), foi realizado para apresentar o ambiente que se encontra inserida a produção linguística de Eduardo Carlos Pereira.

E. C. Pereira nasceu numa época em que o Brasil vivia uma monarquia conservadora e o poder agrário do latifúndio e do escravismo mantinham-se firmes e intocáveis. Em sua manifestação literária, o pleno Romantismo, composto pelo sentimentalismo aflorado pelos descontentes e pelos saudosistas. Vale ressaltar que desde o início do século XIX a Linguística ganhava status de ciência pelo estudo científico das línguas no mundo ocidental e surgiam também nessa época as gramáticas comparativas e históricas, foi nesse momento que iniciava o contato da comunidade linguística brasileira com as fontes europeias e norte-americanas.

No prólogo da primeira edição de sua *Grammatica Expositiva* (1907), E.C. Pereira afirma ter se amparado em teorias gramaticais de mestres de reconhecida competência, o que nos mostra que possui grande conhecimento das concepções linguísticas de sua época e dando importância para suas fontes ao citar estudiosos e autores como: Friedrich Diez, Arsène Darmesteter, Alexander Bain, August Brachet e F. Zambaldi. Além disso, relaciona autoridades clássicas que autorizam as teorias de sua gramática, tais como: Alexandre Herculano, Antonio Feliciano de Castilho, Almeida Garret, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Camilo Castelo Branco, Padre Antonio Vieira, Luís de Camões e Gil Vicente.

No tocante às discussões linguísticas ou literárias da época, podemos dizer que um dos principais assuntos tratados era o da existência (ou não) de uma língua brasileira, surgindo nos primeiros anos da independência do Brasil, envolvendo diversos linguistas, como também os autores das gramáticas científicas.

CASIMIRO (2005) afirma em sua obra que o processo de gramatização do português brasileiro (ocorrido no final do século XIX e início do século XX) já tinha definido a questão da existência ou não do idioma nacional, já que a grande maioria dos gramáticos definia o português brasileiro como um dialeto do português de

Portugal, pois paralelamente à produção de suas gramáticas, os autores também escreviam sobre os chamados *Brasileirismos*, título dado os termos e frases peculiares no português falado no Brasil. Também a escrita de E. C. Pereira se faz nessa mesma linha de pensamento, já que ele não se fundamenta no processo de gramatização de uma nova língua ou dialeto, mas na utilização gramatical para se descrever/sistematizar teorias do bem ensinar e usar da língua.

Para iniciarmos a análise do ensino dos plurais dos substantivos no início do século XX, selecionamos fragmentos das gramáticas de E.C.Pereira (*Grammatica Expositiva – Curso Superior – 4ª edição (1913)*) por sua relevância no estudo gramatical da época.

## 2.2. Os plurais no início do século XX

Iniciaremos pela apresentação da Flexão de Número na obra de E.C.Pereira (1913, p.63) que se apresenta da seguinte forma, lembrando que optamos por permanecer com a grafia original da obra:

### **“NUMERO**

154. **Numero** é a propriedade que teem os substantivos de indicarem, pela sua terminação ou flexão, a **unidade**, ou **singularidade** e a **pluralidade** dos seres, como – livro e livros.

155. Dois são os números grammaticaes: o **singular**, que indica um só objeto, como – livro; e o **plural**, que indica mais de um objeto, como – livros.

156. O **s** acrescentado ao singular dos substantivos fórma o seu plural, porém esse accrescimo subordina-se ás seguintes”.  
(PEREIRA, 1913, p.64)

Nota-se que sua definição sobre a flexão de número é semelhante das atuais que também utilizam a mesma nomenclatura (plural e singular). Em sua explanação, o autor apresenta que se acrescentando a letra “s” teremos a forma de plural de todos os substantivos, porém ressalva que tal acréscimo deve ser subordinado à algumas regras que ele explana em seguida. A primeira regra trazida pelo autor faz referência aos plurais regulares, formados pelas palavras constituídas de término em vogal ou em vogal nasal, conforme explica a seguir:

*“1.<sup>a</sup> regra. – Aos nomes terminados em vogal pura ou nasal junctase simplesmente um s. Exs.: banco – bancos, sofá – sofás, lei – leis, irmã – irmãs”. (PEREIRA, 1913, p.64)*

Um diferencial da obra de E. C. Pereira é a presença da história linguística nas justificativas das regras que envolvem os plurais irregulares. Em sua segunda regra, encontramos os plurais dos substantivos terminados em “ão”, explicando que para esses substantivos o plural pode variar entre as terminações “ãos”, “ões”, “ães”.

*2.<sup>a</sup> regra. – Aos nomes terminados em **ão** correspondem respectivamente três fórmulas plurais – **ãos, ões, ães**:*

*1.<sup>o</sup> **ãos**: mão – mãos, cristão – cristãos, cidadão – cidadãos, pagão – pagãos.*

*2.<sup>o</sup> **ões**: botão – botões, melão – melões, sermão – sermões, lição – lições, portão – portões, garrafão – garrafões.*

*3.<sup>o</sup> **ães**: pão – pães, ermitão – ermitães, tabellião - tabelliães, capitão – capitães, capellão – capellães, escrivão – escrivães. (PEREIRA, 1913, p. 65)*

O autor também considera os substantivos terminados com “ão” que possuem, assim nomeados por ele, os “*Plurais Duplos e Plurais Triplos*”, sendo esses s substantivos que possuem mais de uma forma plural.

**“Duplos:**

<i>cortezão</i>	<i>cortezãos</i>	<i>e cortezões</i>
<i>soldão</i>	<i>soldãos</i>	<i>e soldães</i>
<i>folião</i>	<i>foliães</i>	<i>e foliões</i>
<i>phaisão</i>	<i>phaisães</i>	<i>e phaisões</i>
<i>sacristão</i>	<i>sacristães</i>	<i>e sacristãos</i>
<i>charlatão</i>	<i>charlatães</i>	<i>e charlatões</i>
<i>guião</i>	<i>guiães</i>	<i>e guiões</i>
<i>guardião</i>	<i>guardiães</i>	<i>e guardiões</i>

**Triplos:**

<i>aldeão</i>	<i>aldeãos, aldeões</i>	<i>e aldeães</i>
<i>ancião</i>	<i>anciãos, anciães</i>	<i>e anciões</i>
<i>alão</i>	<i>alãos, alães</i>	<i>e alões</i>
<i>villão</i>	<i>villãos, villães</i>	<i>e vilões</i>
<i>vulcão</i>	<i>vulcãos, vulcães</i>	<i>e vulcões</i>

(PEREIRA, 1913, p.65)

Após exemplificar o uso dessas terminações, o autor ao final explica a origem dessa regra, utilizando o campo para observações, citando a forma dos substantivos no que chama de “*velho portuguez*”, além de realizar algumas menções ao latim.

**“obs. 2.<sup>a</sup>** Estas trez fôrmas no plural correspondiam a trez formas singulares do velho portuguez – ano, on, na – grano, coração, pan, que mais tarde assumiram a fôrma comum ão, guardando, entretanto, no plural, suas respectivas fôrmas. Estas vieram de trez fôrmas latinas do plural – anos, ones, anes – granos, sermones, panes, que com a syncope do n, que nasalou, a vogal antecedente, deu – grã(n)os = grãos, sermõ(n)es= sermões, pã(n)es= pães.

**obs. 3.<sup>o</sup>** A fôrma ões, sendo a mais euphonica, é a mais generalizada, e serve de padrão para o plural de todos os augmentativos em ão, e dos que, tendo essa terminação, são extranhos ao latim. Ex.: garrafão – garrafões, vagão – vagões, botão – botões, rapagão - rapagões, limão – limões, sabão – sabões.” (PEREIRA, 1913, p.65)

O autor continua sua obra trazendo novas regras dos plurais das palavras, segundo o mesmo padrão de apresentação da regra: aplicação/exemplo e por fim, não esquece de emitir uma nota observando que tal uso deriva-se da origem da palavra em questão, mostrando-nos um amplo conhecimento de historiografia por parte de E. C. Pereira:

**“3.<sup>a</sup> regra.** – Os nomes terminados em **al, ol e ul** perdem o **l**, e recebem **es**: canal – canaes, sol – soes, paul – paues.

**Excs.** cal (cano de escorrer a agua do telhado), mal, real (moeda), consul, fazem no plural – cales, males, réis e reales (moeda hespanhola), cônsoles.

**obs.** No portuguez antigo o plural desses nomes retinha o **l**, que lhe vinha da fôrma latina, como annales, soles e paules. As exceções representam os casos em que, por algum motivo, não se operou a syncope do **l**.

**5.<sup>a</sup> regra.** – Os nomes terminados em **il** tonico perdem o **l**, e recebem **s**: funil – funis/ anil – anis.

**obs.** Os nomes das duas regras antecedentes conservavam no velho portuguez o **l** das formas pluraes latinas – faciles, aniles. Pela syncope do **l** intervocalico – faci(l)es, ani(l)es – e consequentemente aproximação das vogaes, formou-se o hiato (ies) que a língua destruiu pela diphthongação nos vocábulos paroxytonos – facies=faceis e pela crase nos oxytonos – (anies=anis).”

**6.<sup>a</sup> regra.** – Os nomes terminados em **m** mudam esta desinencia em **ns**: homem/homens, fim/fins, som/sons, jejum/jejuns.

**obs.** Os nomes desta classe formam o seu plural conforme o typo latino conservado no portuguez archaico, dando-se a syncope da vogal átona, exs.: fin(e)s – fins/ son(o)s – sons, jejun(e)s – jejuns,

*homin(e)s – homens. Não se incluem nesta regra os em am.”*  
(PEREIRA, 1913, p. 66)

Podemos observar que diversas mudanças da forma escrita das palavras são descritas pelo autor que, de forma detalhada, explica suas alterações com o aparato histórico, mostrando-nos a forma inicial das palavras, sua ação sofrida no tempo e o resultado no uso atual. Além desse aparato, E. C. Pereira validava sua gramática, ou exceção, por meio do uso de consagrados autores, o que também citava em suas observações no momento de explicar e exemplificar os plurais:

*“7.<sup>a</sup> regra. – Aos nomes terminados em **r,z** e **n** acrescenta-se **es**:  
logar – logares, mulher – mulheres, emir – emires, flor – flores, paz – pazes, mez – mezes, nariz – narizes, noz- nozes, obus – obuses, germen – germenés, abdomen – abdomenes, canon – cânones, especimen – especimenes, domen - dolmenes, lichen – lichenes, certamen – certamenes.*

***Nota.** Carácter faz Caractéres, com deslocação excepcional da tónica, e germen – germes.*

*Dos em **n**, muitos pluralizado conforme a regra 1.<sup>a</sup>; especimens. dolmens; porém a que aqui damos firma-se em boas autoridades, como A. Cortesão, Golçalves Vianna, etc.*

*8.<sup>a</sup> regra. – Os nomes terminados em **s** conservam a mesma forma no plural: o pires – os pires, o caes – os caes, o onus – os onus.*

***Excs.** Deus, cós, simples (droga), fazem no plural – deuses, coses, símplices. Em A. de Castilho e outros escriptores modernos, encontra-se o plural símplices do adjectivo.”* (PEREIRA. 1913, p.66)

A obra de E. C. Pereira trata-se de uma gramática voltada ao âmbito pedagógico, criada para o Curso Superior e para tanto, retrata sua flexão de número dos substantivos de forma explicativa e detalhada para cada regra citada. A utilização da historiografia para demonstra as ações sofridas pela língua no tempo constrói um conhecimento significativo de seu leitor no tocante à explicação de cada regra, bem como, a citação de consagrados autores torna-se argumento de autoridade que justificam seu uso. Contudo, o uso dessa gramática, que como mencionado anteriormente chegou a 96<sup>a</sup> edição, era recomendado nos colégios de grande prestígio da época, porém perde sua relevância após a publicação de uma padronização de nomenclaturas realizada em 1959, a chamada NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira, que unificando os nomes dos termos e funções gramaticais originou uma nova leva publicações gramaticais, conforme

discorreremos a seguir, ao selecionarmos um desses novos autores para compararmos suas publicações.

### **2.3. Celso Cunha e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo***

A produção gramaticográfica de Celso Cunha concentra-se nas décadas de 1970 e 1980, num contexto marcado pela nova forma de pensar na qual constavam o Positivismo de Comte, o Socialismo de Proudhon, o Determinismo de Spencer, o Evolucionismo de Darwin, entre outras ideias que seguiam ganhando força na arte e nas ciências. Além disso, no âmbito educacional e linguístico, a publicação de 1881 da *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro influenciou a gramaticográfica nacional de forma incontestável, ocasionando o surgimento de diversos autores da área, bem como, na metade do século XX, o de Celso Cunha.

No tocante ao seu contexto de produção, apontaremos alguns acontecimentos relevantes para a pesquisa, já que, conforme os princípios metodológicos, na Historiografia Linguística “não se pode desvincular o estudo da gramática do seu contexto externo, responsável não apenas por sua confecção como produto linguístico, mas também pelo recorte teórico que lhe confere sustentação ideológica.” (BASTOS & PALMA, 2008, p. 123). Alguns fatos do início do século acarretaram importantes ações, principalmente no contexto da educação nacional, tais como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) e a elaboração de uma proposta pedagógica (Portaria 614, de 10/05/1951) realizada pelo Colégio Dom Pedro II, que serviria de modelo para os estabelecimentos de ensino secundário no país e propunha a diminuição dos estudos puramente gramaticais e o aumento de práticas de leitura e de interpretação de textos.

Na metade do século XX, momento em que o Brasil passava por uma ascensão política e conseqüentemente educacional, por conta de planos que foram apresentados pelo atual governo, tendo em vista que vários gramáticos possuíam suas obras publicadas e cada qual apresentava termos diferentes para se referir aos elementos gramaticais, em 28 de janeiro de 1959 a portaria nº 36 sugeria a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, essa com a elaboração de diversos estudiosos incluindo Celso Cunha. Entendia-se que havia uma vasta gama de nomeações dos elementos gramaticais e isso contribuía para que os estudiosos da língua e aqueles que de algum modo deveriam valer-se de seu uso formalmente

enfrentassem dificuldades em escolher termos para utilização. Daí a necessidade de se elaborar um plano para a simplificação da Nomenclatura Gramatical.

De acordo com Chediak (1960), um acontecimento inusitado foi o pontapé inicial para a elaboração de uma padronização das gramáticas brasileiras:

*“Estamos em 1956. A Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, que no futuro será conhecida como Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Janeiro, recebe candidatos de numerosos colégios da Capital e do resto do País, inscritos nos seus disputadíssimos exames de Habilitação – precursores dos concursos vestibulares que serão moda em nosso país até o século XXI. A Banca de Língua Portuguesa propõe a análise de BOM na frase “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”. As respostas obtidas são as seguintes: Adjunto atributivo; Adjunto restritivo; Adjunto limitativo; Adjunto adjetivo; Adjunto determinativo; Adjunto demonstrativo; Adjunto determinativo demonstrativo; Complemento atributivo; Complemento restritivo; Complemento limitativo; Complemento adjetivo; Complemento qualificativo; Complemento do nome, não preposicionado.*

*Se o professor é desses que não arredam pé de suas convicções, logo despacha bombeado o aluno que classificou o BOM de maneira diferente da sua; se é consciencioso, vai aceitando esses nomes todos, não sem antes, é claro, pedir-lhe o título do livro onde estudou, ou o caderno de classe para confirmar uma denominação estranha. (CHEDIAK, 1960, p. 87)*

Esta dificuldade em analisar a correção deste exame de habilitação, bem como a diversidade de nomenclaturas para o termo, fez com que começassem as reflexões acerca de uma padronização. Neste mesmo ano, realizou-se, patrocinado pela Universidade Federal da Bahia, a qual o reitor era o professor Edgar Sanches, e pela Biblioteca Nacional, de que era o diretor o professor Celso Cunha, o único Congresso Nacional de Língua Falada. Lá foi apresentado pelo Departamento de Cultura da Municipalidade o anteprojeto de língua padrão. Este anteprojeto recebeu diversas críticas por apresentar uma fraca bibliografia, mas serviu de base para organizar as normas nele expostas.

Uma Comissão foi instaurada para que o texto da NGB fosse formulado. O objetivo era de compor um texto mais simplificado que atendesse às necessidades da língua sem que houvesse perda de seu conteúdo. Esta Comissão, tendo como dirigente o Ministro Clóvis Salgado, foi composta pelos seguintes integrantes:

professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Carlos Henrique da Rocha Lima e Cândido Jucá (filho) e Celso Cunha.

Outros fatos importantes para a educação linguística da época são a criação da LDB 4024/61 (Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional) tornando obrigatório o seu ensino em todo o ciclo ginasial e que passou por diversos desdobramentos até a LDB 9394/96 que tem entre suas funções regulamentar um currículo comum. Vale ressaltar que o ensino superior também teve avanços nesse contexto linguístico com a resolução do Conselho Federal de Educação de implantar a disciplina de Linguística nos cursos de Letras na Faculdade (1962), bem como sua definição como campo de atuação distinto entre os estudos da linguagem humana em 1968.

Celso Cunha produziu diversas gramáticas e manuais destinados ao ensino de língua portuguesa até produzir sua principal obra na área começando pela Gramática do português contemporâneo (1970), passando pela Gramática da Língua Portuguesa (1972) e pela Gramática de Base (1979) até publicar em parceria com o filólogo e gramático português Lindley Cintra a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985).

Desde seu prefácio, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* buscava considerar as diversas normas vigentes dentro do domínio geográfico da língua como comprova o trecho abaixo retirado de sua obra:

*“(...) trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuramos, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas.” (CUNHA & CINTRA, 1985, p.14)*

Em suma, o contexto histórico da publicação de Celso Cunha nos revela um país voltado com maior empenho às políticas educacionais e a publicação da NGB modifica todo o cenário da produção gramaticográfica, cenário esse em que Celso Cunha teve participação ativa e inovadora, já que o ponto de vista metodológico do autor demonstrava uma língua portuguesa em meio a uma diversidade natural, sem esquecer as diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais, diferença pontual entre tal publicação e suas anteriores.

## 2.4. Os plurais do final do século XX

Selecionamos fragmentos da obra de Celso Cunha & Lindley Cintra que apresentam a flexão de número, foco de nossa pesquisa, que demonstram fidelidade aos conceitos da NGB, conforme abaixo:

### “NÚMERO

*Quanto à flexão e número, os substantivos podem estar:*

a) *no SINGULAR, quando designam um ser único, ou um conjunto de seres considerados como um todo (SUBSTANTIVO COLETIVO): aluno, cão, mesa, povo, manada, tropa.*

b) *no PLURAL, quando designam mais de um ser, ou mais de um desses conjuntos orgânicos: alunos, cães, mesas, povos, manadas, tropas.*” (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 194)

Em seguida, os autores explicam o que chamam de “Regra Geral”, tratando do acréscimo da letra “s” nos vocábulos para determinar seu plural, porém destaca que tal regra é válida apenas para substantivos terminados em vogal ou ditongo:

*“REGRA GERAL: O plural dos substantivos terminados em vogal ou ditongo forma-se acrescentando –s ao singular”. (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 195)*

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
<i>mesa</i>	<i>mesas</i>	<i>pai</i>	<i>pais</i>
<i>estante</i>	<i>estantes</i>	<i>pau</i>	<i>paus</i>
<i>tinteiro</i>	<i>tinteiros</i>	<i>lei</i>	<i>leis</i>
<i>rajá</i>	<i>rajás</i>	<i>chapéu</i>	<i>chapéus</i>
<i>boné</i>	<i>boné</i>	<i>camafeu</i>	<i>camafeus</i>
<i>javali</i>	<i>javalis</i>	<i>herói</i>	<i>heróis</i>
<i>cipó</i>	<i>cipós</i>	<i>boi</i>	<i>bois</i>

Para exemplificar a aplicação de suas regras, os autores selecionam algumas palavras e formam tabelas para fácil visualização, semelhantes às apresentadas. Percebe-se na obra a menção de elementos do âmbito da fonética e fonologia quando em sua explicação, os autores atentam-se em registrar o som das vogais utilizando as barras pertinentes à sua transcrição fonológica:

*“Incluem-se nesta regra os substantivos terminados em vogal nasal. Como a nasalidade das vogais /e/, /i/, /o/ e /u/, em posição final, é representada graficamente por –m, e não se pode escrever –ms,*

*muda-se o –m em –n. Assim: bem faz no plural bens; flautim faz fautins; som faz sons; atum faz atuns”. (CUNHA & CINTRA, 2007, p.195)*

Quando se trata dos plurais irregulares, os autores elencam uma sequência do que chamam de “Regras Especiais” e, ao tratar dos substantivos com a terminação “ão”, afirma que a grande maioria desses substantivos alteram sua terminação para “ões”, como também todos os aumentativos, porém sem nenhuma explicação justificativa essa escolha:

**“REGRAS ESPECIAIS:**

a) *Os substantivos terminados em –ão formam o plural de três maneiras: a maioria muda –ão em ões:*

<b>SINGULAR</b>	<b>PLURAL</b>	<b>SINGULAR</b>	<b>PLURAL</b>
<i>balão</i>	<i>balões</i>	<i>gavião</i>	<i>gaviões</i>
<i>botão</i>	<i>botões</i>	<i>leão</i>	<i>leões</i>
<i>canção</i>	<i>canções</i>	<i>nação</i>	<i>nações</i>
<i>confissão</i>	<i>confissões</i>	<i>operação</i>	<i>operações</i>
<i>coração</i>	<i>corações</i>	<i>opinião</i>	<i>opiniões</i>
<i>eleição</i>	<i>eleições</i>	<i>questão</i>	<i>questões</i>
<i>estação</i>	<i>estações</i>	<i>tubarão</i>	<i>tubarões</i>
<i>fração</i>	<i>frações</i>	<i>vulcão</i>	<i>vulcões</i>

*Neste grupo se incluem todos os aumentativos:*

<b>SINGULAR</b>	<b>PLURAL</b>	<b>SINGULAR</b>	<b>PLURAL</b>
<i>amigalhão</i>	<i>amigalhões</i>	<i>moleirão</i>	<i>moleirões</i>
<i>bobalhão</i>	<i>bobalhões</i>	<i>narigão</i>	<i>narigões</i>
<i>casarão</i>	<i>casarões</i>	<i>paredão</i>	<i>paredões</i>
<i>chapelão</i>	<i>chapelões</i>	<i>pobretão</i>	<i>pobretões</i>
<i>dramalhão</i>	<i>dramalhões</i>	<i>rapagão</i>	<i>rapagões</i>
<i>espertalhão</i>	<i>espertalhões</i>	<i>sabichão</i>	<i>sabichões</i>
<i>facão</i>	<i>facões</i>	<i>vagalhão</i>	<i>vagalhões</i>
<i>figurão</i>	<i>figurões</i>	<i>vozeirão</i>	<i>vozeirões</i>

*(CUNHA & CINTRA, 2007, p.195)*

Ao tratarmos das demais terminações (“ães” e “ãos”) existentes para os plurais dos substantivos terminados em “ão”, o autor apenas exemplifica o uso da flexão e divide as palavras em grupos que denomina como pequenos e reduzidos, conforme abaixo:

a) *“um reduzido número muda a terminação –ão em –ães:*

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
<i>alemão</i>	<i>alemães</i>	<i>charlatão</i>	<i>charlatães</i>
<i>bastião</i>	<i>bastiães</i>	<i>escrivão</i>	<i>escrivães</i>
<i>cão</i>	<i>cães</i>	<i>guardião</i>	<i>guardiães</i>
<i>capelão</i>	<i>capelães</i>	<i>pão</i>	<i>pães</i>
<i>capitão</i>	<i>capitães</i>	<i>sacristão</i>	<i>sacristães</i>
<i>catalão</i>	<i>catalães</i>	<i>tabelião</i>	<i>tabeliães</i>

b) *um número pequeno de oxítonos e todos os paroxítonos acrescentam simplesmente um –s à forma singular:*

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
<i>cidadão</i>	<i>cidadãos</i>	<i>acórdão</i>	<i>acórdãos</i>
<i>cortesão</i>	<i>cortesãos</i>	<i>bênção</i>	<i>bênçãos</i>
<i>cristão</i>	<i>cristãos</i>	<i>golfão</i>	<i>golfãos</i>
<i>desvão</i>	<i>desvãos</i>	<i>órfão</i>	<i>órfãos</i>
<i>irmão</i>	<i>irmãos</i>	<i>órgão</i>	<i>órgãos</i>
<i>pagão</i>	<i>pagãos</i>	<i>sótão</i>	<i>sótãos</i>

(CUNHA & CINTRA, 2007, p. 195)

No tocante às observações e exceções, os autores utilizam pequenas notas que apresentam as informações, mas não as explicam e justificam. Além disso, exemplifica casos atípicos como quando a mesma palavra possui significados diferentes e seus plurais também possuem escrita diferenciada:

**“Observações:**

1.<sup>a</sup>) Neste grupo se incluem os monossílabos tônicos *chão*, *grão*, *mão* e *vão*, que fazem no plural *chãos*, *grãos*, *mãos* e *vãos*.

2.<sup>a</sup>) *Artesão*, quando significa “artífice”, faz no plural *artesãos*; no sentido de “adorno arquitetônico”, o seu plural pode ser *artesãos* ou *artesões*”. (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 196)

Encontramos na obra alguns elementos de comprovam a existência do caráter natural e coloquial da língua, já que os autores levam em consideração que alguns dos substantivos possuem mais de uma forma no plural devido ao uso na linguagem corrente:

2. “Para alguns substantivos finalizados em –ão, não há ainda uma forma de plural definitivamente fixada, notando-se, porém, na

linguagem corrente, uma preferência sensível pela formação mais comum, em –ões. É o caso dos seguintes:

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
alão	alãos alões alães	ermitão	ermitães ermitãos ermitões
alazão	alazães alazões	hortelão	hortelãos hortelões
aldeão	aldeãos aldeões aldeães	refrão	refrães refrãos
anão	anãos anões	rufião	rufiães rufiões
ancião	anciãos anciões anciães	sultão	sultões sultãos sultães
castelão	castelãos castelões	truão	trães truões
corrimão	corrimãos corrimões	verão	verões verãos
deão	deães deões	vilão	vilãos vilões

**Observação:**

*Corrimão, como composto de mão, devia apresentar apenas o plural corrimãos; a par desse, existe também corrimões, por esquecimento da formação original da palavra”. (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 197)*

Contudo, os autores apresentam uma gramática de acordo com a NGB e que valoriza a linguagem corrente, conforme citam os autores no prefácio de sua obra. Tal publicação realiza de forma clara a descrição do português atual, sem excluir a linguagem coloquial, porém é mínima a presença de explicações e justificativas das regras gramaticais à luz da historiografia linguística, quando comparada às publicações anteriores a esta, conforme demonstraremos na análise a seguir.

### CAPÍTULO III: AS OBRAS EM ANÁLISE

A *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira destina-se aos estudantes do segundo ciclo do secundário e apresenta-se, por essa razão, de maneira erudita e com diversas explicações detalhadas principalmente no tocante à história.

O contexto de produção da obra retrata um Brasil influenciado pelas correntes filosóficas do liberalismo (voltado ao homem e sua liberdade econômica) e do nacionalismo, cuja ideologia busca a preferência e a valorização das coisas brasileiras e também populares. Fatos políticos como a Abolição dos Escravos, Proclamação da República e diversas guerras traçavam um cenário de pouca importância da educação básica. Além disso, as correntes científicas do Positivismo de Comte, Determinismo de Taine e Evolucionismo de Darwin despertam no mundo a pouca valorização do divino e humano, deixado de lado pelo observável e analisável.

Diferentemente do contexto de produção apresentado, o da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra (final do século XX) apresentava diversas ações voltadas ao contexto educacional do país e esses episódios favoreciam o surgimento de uma nova gramaticografia.

Um dos principais fatos responsável por tais diferenças entre as gramáticas foi a oficialização da padronização gramatical do português trazida pela NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959, motivo pelo qual encerra-se as edições e uso da *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira. O ensino de língua portuguesa também ganhou destaque nesse período, já que, por meio da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB 4024/61, torna-se disciplina obrigatória do ciclo ginasial.

Referente à forma como consideravam suas gramáticas, temos em Eduardo Carlos Pereira o desejo de tratar da gramática como arte de usar as palavras acertadamente, além de afirmar que sua obra apresenta duas correntes: a corrente moderna, que dá ênfase a história, explicando a origem de cada regra e exceção presentes na obra, e a corrente tradicional que visa à lógica na expressão do

pensamento e uso. Para o autor a excelência do trabalho consiste na união das duas correntes, conforme demonstra o prólogo de sua primeira edição:

*“Depois que Julio Ribeiro imprimiu nova direção aos estudos grammaticaes, rompendo-se os velhos moldes e estabeleceu-se largo conflito entre a eschola tradicional e a nova corrente. [...] A orientação que seguimos, expol-a-emos em poucas palavras. Em primeiro lugar, procuramos a resultante das duas correntes: - da corrente moderna, que dá emphase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento. Ha verdade nas duas correntes: o erro está no exclusivismo de uma ou de outra, ou melhor, na confusão de ambas.” (PEREIRA, 1909)*

Em suma, podemos dizer que existia para o autor a visão de que na *Grammatica Expositiva* devia ser ensinada à parte a gramática histórica pelo fato dos alunos não possuírem conhecimentos do latim considerados necessários para a compreensão de questões mais complexa da língua.

Já para Celso Cunha & Cintra o aluno devia aprender a língua em sua forma culta, mas preocupando-se com o registro coloquial pelo fato de aderir aos fenômenos estilísticos, conforme presente no prefácio de sua publicação:

*“ [...] quisemos apresentar as características do português contemporâneo em sua forma culta, isto é, a língua como a têm utilizado os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá, dando, naturalmente, uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Por outro lado, não descuramos dos fatos da linguagem coloquial, principalmente ao analisarmos os valores afetivos das formas idiomáticas. ” (CUNHA & CINTRA, 2007)*

No tocante às publicações, percebemos em E. C. Pereira uma preocupação em exemplificar a aplicação de cada regra valendo-se da justificativa à luz da história linguística, pois o autor afirma que é necessário o conhecimento de latim para a compreensão de assuntos mais complexos da língua. Ao longo dos anos de edição, a *Grammatica Expositiva* sofre pouquíssimas alterações, mostrando-se um relevante instrumento de ensino da língua que cumpria seu papel mediante os Programas de Ensino de Português da época.

Referente à abordagem dos plurais em sua obra, E. C. Pereira, busca explicar a flexão de número utilizando uma linguagem clara, alto número de exemplos e amplas explicações e justificativas para os plurais irregulares. O trecho abaixo nos

revela um conhecimento aprofundado da origem das palavras, bem como a ação do tempo sobre elas:

**6.<sup>a</sup> regra.** – Os nomes terminados em **m** mudam esta desinencia em **ns**: homem/homens, fim/fins, som/sons, jejum/jejuns.

**obs.** Os nomes desta classe formam o seu plural conforme o typo latino conservado no portuguez archaico, dando-se a syncope da vogal átona, exs.: fin(e)s – fins/ son(o)s – sons, jejun(e)s – jejuns, homin(e)s – homens. Não se incluem nesta regra os em am.” (PEREIRA, 1913, p. 66)

Ao compararmos com a publicação de Celso Cunha & Lindley Cintra, observamos que tal publicação é voltada, sobretudo, ao ensino da língua portuguesa, e segue deliberadamente a Nomenclatura Gramatical Brasileira numa tentativa de valorização do idioma, contudo oferecendo ao aluno fatos da linguagem brasileira no âmbito coloquial. Os autores fazem dessa gramática um espaço para a prática de inovações que se voltam contra os ideais puristas dos gramáticos anteriores e, portanto, abre com sua publicação um novo e amplo espaço para as discussões sobre as questões do português brasileiro.

“ [...] toda a questão da “língua brasileira” se resume, ainda hoje, na luta contra as regras inflexíveis dos puristas, dos gramáticos retrógrados, sempre contrários a inovações e defensores de um desarticulado sistema idiomático, simples mosaico de formas e colhidas construções colhidas em épocas diversas do passado literário. É, em suma, um ato de rebeldia contra uma ordem arbitrariamente estabelecida, uma tentativa de libertação não só do artista, impedido de escolher seus meios expressivos, mas do falante e do escritor comum, obrigado a não participar da cultura ambiente por lhe negarem a utilização das formas linguísticas exigidas pela vida cotidiana. (CUNHA, 1986)

Sobre as explicações referentes aos plurais dos substantivos, percebemos que a abordagem é realizada de forma direta e clara, embasada em exemplificação do uso, porém não existe uma justificativa da aplicação das regras citadas, nem tão pouco um resgate historiográfico para suas explicações.

*“REGRA GERAL: O plural dos substantivos terminados em vogal ou ditongo forma-se acrescentando –s ao singular:*

**SINGULAR**

**PLURAL**

**SINGULAR**

**PLURAL**

<i>mesa</i>	<i>mesas</i>	<i>pai</i>	<i>pais</i>
<i>estante</i>	<i>estantes</i>	<i>pau</i>	<i>paus</i>
<i>tinteiro</i>	<i>tinteiros</i>	<i>lei</i>	<i>leis</i>
<i>rajá</i>	<i>rajás</i>	<i>chapéu</i>	<i>chapéus</i>
<i>boné</i>	<i>boné</i>	<i>camafeu</i>	<i>camafeus</i>
<i>javali</i>	<i>javalis</i>	<i>herói</i>	<i>heróis</i>
<i>cipó</i>	<i>cipós</i>	<i>boi</i>	<i>bois</i>

*Incluem-se nesta regra os substantivos terminados em vogal nasal. Como a nasalidade das vogais /e/, /i/, /o/ e /u/, em posição final, é representada graficamente por –m, e não se pode escrever –ms, muda-se o –m em –n. Assim: bem faz no plural bens; flautim faz flautins; som faz sons; atum faz atuns”. (CUNHA & CINTRA, 2007, p.195)*

Perceba que os exemplos de ambos tratam da mesma regra gramatical: o plural de substantivos terminados em vogal nasal. Enquanto para E.C. Pereira a explicação recebe além de quesito de regra, uma maior atenção na tentativa de justificar a regra aplicada, com também um resgate histórico claro e objetivo proporciona uma aprendizagem significativa da regra. Já em Cunha & Cintra o que se nota a inclusão desse grupo de palavras em uma regra geral (acrescentando o “s”), porém invalidando a escrita com a terminação “ms”, restando a troca de por outra consoante nasal, construindo assim a terminação “ns”, sem maiores explicações e justificativas, restando ao leitor apenas a memorização da regra gramatical.

Outra relevante diferença pode ser vista quando analisamos os plurais dos substantivos terminados em “ão” que possuem mais de uma forma aceitável. Para E. C. Pereira tais substantivos constam em sua obra apenas com a menção de *Plurais duplos e triplos*, seguido por uma lista de exemplos. Quando em Cunha & Cintra, tal evento ocorre pela denominada linguagem corrente, levando assim em consideração a modalidade coloquial da língua para a publicação gramatical:

*2. “Para alguns substantivos finalizados em –ão, não há ainda uma forma de plural definitivamente fixada, notando-se, porém, na linguagem corrente, uma preferência sensível pela formação mais comum, em –ões”. (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 197)*

Sobre as mudanças nas abordagens dos autores, nota-se que poucas foram as realizadas, levando em consideração a seriedade das obras e relevância para suas épocas. Das que podemos elencar, destacam-se as seguintes:

1ª) Acréscimo dos substantivos terminados em ditongo no grupo das regras gerais em Cunha & Cintra, onde em E. C. Pereira considerava-se apenas os substantivos terminados em vogais e em consoantes nasais;

2ª) Destaque para os substantivos terminados em “m” para a explicação da troca por “n” em sua flexão de número nas obras de E. C. Pereira, já em Cunha & Cintra, tal terminação está globalizada na regra como vogal nasal, desconsiderando a mudança devida a síncope de vogal átona no português arcaico;

3ª) Não justificativa para as diversas formas de terminação dos plurais dos substantivos terminados em “ão” na obra de Cunha & Cintra, já que na obra de E. C. Pereira há a preocupação de explicar por meio da história o porquê de terminação (ãos, ões, ães) nos substantivos citados.

Embora possuam semelhanças quando considerados os valores pedagógicos para a época das publicações, bem como sua importância para as instituições educacionais, muito diferem-se a respeito dos apontamentos e metodologia de apresentação dos plurais irregulares, já que encontramos em E. C. Pereira a preocupação em exemplificar e justificar cada regra da flexão nominal de número embasada na história da língua, diferentemente da obra de Cunha & Cintra que nos apresenta a aplicação dessas regras e suas exceções de forma clara, porém despreendida do aparato histórico. Também deve-se levar em consideração que a obra de Cunha & Cintra apresenta novas informações quando comparada à publicação de E. C. Pereira devido a ampliação dos estudos sobre a língua, bem como a padronização realizada a partir da publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme análise das gramáticas de diferentes momentos do século XX (1ª metade com a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira, publicada em 1913 – 4ª edição e a 2ª metade com a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha & Lindley Cintra, que teve sua primeira edição em 1985 e aqui é representada pela 4ª edição, de 2007), diversos posicionamentos devem ser levados em consideração como resposta aos objetivos gerais e específicos citados no começo deste trabalho. Nossa pesquisa realizou o levantamento dos tipos de flexão nominais de número das duas obras em questão, e partindo dessa análise pôde identificar, comparar e analisar as formas em que elas se apresentaram, bem como o contexto de produção das publicações. Por tratar-se de uma pesquisa de Historiografia Linguística de caráter exploratório, nos embasamos em Koerner e Swiggers (apud BASTOS & PALMA, 2004, p.11) que nos recomendam alguns procedimentos metodológicos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, elencados a seguir: (I) Princípio de Contextualização; (II) Princípio de Imanência e (III) Princípio de Adequação, além de obedecermos também aos passos investigativos: Seleção, Ordenação, Reconstrução e Interpretação, numa tentativa do fazer científico da Historiografia Linguística.

Podemos concluir que as obras se diferem, principalmente quando nos referimos à história das palavras e às explicações das regras e exceções apresentadas, porém mostram-se importantes para o ensino de língua portuguesa no momento de suas publicações, haja vista que a obra de E. C. Pereira obteve um grande número de edições e tornou-se modelo para os manuais didáticos da época, deixando de ser relevante apenas com a implantação da Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB em 1959, momento esse que favorece a publicações de diversas novas gramáticas, bem como a de Celso Cunha & Lindley Cintra, que traçava uma maneira diferenciada de tratar a norma culta, porém valorizando também o português corrente.

No tocante às diferenças e permanências dos conteúdos nas obras, podemos dizer que a obra de E.C. Pereira se volta principalmente ao âmbito pedagógico, destacando e esclarecendo cada regra pelo viés da história da língua, enquanto em Cunha & Cintra observamos que além do propósito de ensinar e aprender a língua portuguesa embasada na NGB, sem explicitação histórica e explanação de regras e

exceções, persiste a preocupação com o registro coloquial e com fenômenos estilísticos. As obras possuem semelhanças como por exemplo a sua forma de apresentação e exemplificação por meio de lista de palavras, a continuidade de diversas regras de flexão nominal de número, como citamos no caso dos aumentativos, das apresentações de plurais duplos e triplos, além das regras para vocábulos terminados em -r, -z e -n. Porém, nota-se um número maior de diferenças entre as obras, como podemos exemplificar na permanência da justificativa de uso/exceção, por meio da história na obra de E. C. Pereira, a aparição de conceitos sobre a diferença entre a fonética dos plurais do português falado no Brasil e em Portugal e aparições de novas regras na obra de Celso Cunha & Cintra.

Contudo, podemos afirmar que nas duas obras encontramos a adequação aos programas oficiais das instituições brasileiras, voltadas ao pedagógico da língua, de forma detalhada, porém com traços distintivos no tocante à justificativa pela história, presente na obra de E. C. Pereira, bem como a obediência à NGB e consideração da linguagem coloquial, na obra de Cunha & Cintra, que se mostra muito mais preocupada com a vivacidade da língua, do que com os ensinamentos históricos dela.

## REFERÊNCIAS

### 1. Fontes Primárias

**CUNHA**, Celso; **CINTRA**, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital. 2007.

**PEREIRA**, Eduardo Carlos Pereira. *Grammatica Expositiva – Curso Superior*. 4ª edição. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1913.

### 2. Fontes Secundárias

**ALTMAN**, C.A. *Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

**ALVARENGA**, Daniele Chagas de. *A Gramática Expositiva – Curso Elementar de Eduardo Carlos Pereira: Um estudo sob a perspectiva da Historiografia Linguística*. São Paulo: Centro de Comunicação e Letras - Univ. Presbiteriana Mackenzie, 2005. Acessado em: 24/09/2015, em [www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL).

**BASTOS**, Neusa Barbosa e **PALMA**, Dieli Vesara. *História Entrelaçada - A construção de gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*: Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. *História Entrelaçada 2 - A construção de gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do século XX*: Lucerna, 2006.

\_\_\_\_\_. *História Entrelaçada - A construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa segunda metade do século XX*: Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2008.

**CASIMIRO**, Arival Dias. *A Gramática Científica de Eduardo Carlos Pereira*. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2004.

**COUTINHO**, I. L. *Gramática Histórica*. São Paulo: Imperial Novo Milênio, 2011.

**CUNHA**, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

**FAUSTO**, Boris. *História do Brasil*. 9ª edição. São Paulo: EDUSP, 2001.

**FIORIN**, José Luiz. *A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa linguística universitária*. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa Barbosa e MARQUESI, Sueli Cristina (orgs.). *Língua Portuguesa: pesquisa e ensino*. São Paulo: EDUC, 2007.

**HENRIQUES**, Claudio Cezar. *Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

**KOERNER**.E.F.K. *Questões que persistem em Historiografia Linguística*. In. Revista ANPOLL nº 2, p. 45-70, 1996.

**NASCIMENTO**, J. V. *Historiografia Lingüística: Rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005.

**PEREIRA**, Cilene da Cunha. *Bibliografia de Celso Ferreira da Cunha*. In: *Confluência*. Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, n. 5:15-21, 1993.